



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São José de Piranhas, Estado da Paraíba, nomeado pela Portaria Nº 037/2022, de 03 de Janeiro de 2022, torna público que, impreterivelmente e após o credenciamento dos proponentes, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que obedecerá às disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto n.º 10.024/2019, da Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e demais exigências deste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 17 de Novembro de 2022**

**HORÁRIO: 09h00 (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).**

**SEÇÃO I – DO OBJETO**

A presente licitação tem como objeto a **Contratação de empresa para execução dos serviços de execução de projeto de Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de 187,00kWp e geração mínima de 23.500kWh, para atender a todas as unidades consumidoras que fazem parte da Secretaria de Educação deste município**, conforme especificações constantes em anexo.

- 1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.** A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 723.576,66 (Setecentos e Vinte e Três Mil e Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Seis Centavos)**, conforme orçamento 2022:

05.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.2006.1072 – Implantação de Usina Fotovoltaica nas Escolas do Ensino Fundamental – FUNDEB 30%

540 - Transferências do FUNDEB - Impostos de Transferências de Impostos

3.3.90.39.01 - Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4.4.90.52.01 – Equipamento e Material Permanente

**SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.** Poderão participar deste **Pregão** as interessadas com objeto compatível ao licitado e que estejam cadastrados no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

- 3.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando - se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 3.2.** O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.3.** Poderão participar deste **Pregão** os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

**33.1.** Caso haja exclusividade a ME e EPP deverão comprovar tal enquadramento conforme edital.

**4.** Não poderão participar deste **Pregão**:

- 4.1.** Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, fundos e entidades municipais como autarquias, durante o prazo da sanção aplicada;
- 4.2.** Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 4.3.** Empresário impedido de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, durante o prazo da sanção aplicada;
- 4.4.** Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/98;
- 4.5.** Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92;
- 4.6.** Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei n.º 8.666/93;
  - 4.6.1.** Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei n.º 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 4.7.** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 4.8.** Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- 4.9.** Empresário que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão, ou incorporação;
- 4.10.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 4.11.** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

#### SEÇÃO IV – DA VISTORIA

- 5** A **licitante** poderá vistoriar o local onde serão entregues os bens e/ou executados os serviços, entretanto não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste **Pregão**.

#### SEÇÃO V – DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6** A **licitante** deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.
  - 6.1** A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor global da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
  - 6.2** A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
  - 6.3** A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
  - 6.4** A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC n.º 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
  - 6.5** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções

previstas neste Edital.

- 7 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 7.1 Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 7.2 Até a abertura da sessão pública, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.
- 7.3 O **Pregoeiro** deverá suspender a sessão pública do **Pregão** quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.
- 7.3.1 Após a suspensão da sessão pública, o **Pregoeiro** enviará, via *chat*, mensagens às **licitantes** informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.
8. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 8.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos, cabendo as mesmas prorrogarem a validade de suas propostas.

#### SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
10. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
11. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

#### SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
13. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

#### SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

14. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
15. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
16. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
17. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro. Sendo respeitado os benefícios de ME/EPP nos casos de processo com ampla concorrência.
18. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
19. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
20. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
21. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
22. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado é o aberto e fechado, assim definido no inciso II do **caput** do art. 31, do Decreto n.º 10.024/2019.

23. A etapa de lances da sessão pública durará 15 (quinze) minutos, e após isso, será iniciada a fase de prazo fechado para os lances finais.

#### SEÇÃO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

24. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 24.1** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;
25. Caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, ou receber quaisquer outros benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, será verificado pelos meios legais, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, caso a empresa tenha extrapolado faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.
26. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
28. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;
29. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

#### SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO

30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Pregoeiro** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

#### SEÇÃO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

32. A **licitante melhor classificada** - deverá a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo de 2 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio da opção do sistema utilizado.
33. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
34. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PREFEITURA ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
35. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
36. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
37. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
38. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.
39. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do

objeto deste **Pregão**.

40. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.
41. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório e a lei.
42. Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
43. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

## SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO

44. A habilitação das **licitantes** será verificada pelo pregoeiro e membros da comissão, observando os documentos especificados neste Edital.
45. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.
46. Os documentos de habilitação que deverão ser encaminhados são:

**46.1 Declaração, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório**, conforme Modelo de Declaração, constante do Anexo III deste Edital, nos termos previsto do inciso IV, do art. 11, do Decreto nº 3.555/2002.

**46.2 Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte**, quando for o caso (conforme modelo anexo III a este Edital), previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006. Deverá **OBRIGATORIAMENTE estar acompanhada de certidão expedida pela Junta comercial ou Secretaria da Receita Federal ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da legislação em vigor emitida no exercício de 2022**. Sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, nos termos estabelecido na lei complementar 123/2006 e do edital, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**46.3 Declaração** expressa do responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações e que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública, e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante do anexo III deste edital;

**46.4 Declaração** de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo da condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, incluído pela (Lei nº 9.854/99), conforme modelo constante do anexo III deste edital;

**46.5 Declaração** de que está ciente das exigências deste edital e que concorda e aceita suas condições, conforme modelo constante do anexo III deste edital.

### 46.6 RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA

**46.6.1 Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**46.6.2 Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento **autenticado** comprobatório de seus administradores;

**46.6.3 Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento **autenticado** dos seus administradores;

**46.6.4 Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br); acompanhada de documento **autenticado** do seu administrador.

**46.6.5 Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização para funcionamento.

**46.6.6 Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764/1971; Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

**Nota:** Os documentos acima mencionados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, com exceção do item “47.6.7”.

#### **46.7 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**46.7.1** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Secretaria da Receita Federal;

**46.7.2** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União).

**46.7.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

**46.7.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

**46.7.5** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho;

**46.7.6** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão de Regularidade de Situação – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.

**Obs:** É Assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

#### **46.8 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**46.8.1** Certidão Negativa de Falência ou Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo (30) trinta dias da data prevista para abertura das propostas.

#### **46.9 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**46.9.1** Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, com comprovação de serviços semelhantes ao objeto, exigindo a parcela de maior relevância e valor significativo do seguinte item: **Serviços de execução de projeto de Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de no mínimo 74,80kWp.**

\*Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitido por empresa relacionada ao mesmo grupo empresarial da Licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela Licitante, a empresa controladora ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da licitante.

**46.9.2.** Registro do licitante (empresa) e seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

**46.9.3.** Será aceito o somatório de atestados para fins de habilitação.

**46.9.4.** Apresentar DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA ao município e ao respectivo local da obra, para conhecimento das dificuldades dos serviços. Esta declaração deverá ser emitida por representante legal ou responsável técnico da empresa. As dificuldades da localidade e a complexidade para execução justificam a necessária visita da empresa onde executará os serviços caso seja contratada. O licitante poderá utilizar o mesmo Modelo de Declaração de Visita Técnica ou outro de mesmo teor aceitável pela CPL, constante no Anexo IV deste Edital. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica ao Município, será obrigatório que a mesma declare que não realizou a visita técnica e que assume total responsabilidade pela execução dos serviços, sem direito a reclamar pleitos posteriores.

**46.9.4.1.** As visitas técnicas poderão ser agendadas na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Endereço: Rua José Joaquim dos Santos, Centro, São José de Piranhas - PB. E-mail: obraseurbanismo@saojosedepiranhas.pb.gov.br.

As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação, quando permitido por lei, deverão apresentar documentos que supram tais exigências, como o caso da lei 123/2006 e casos da lei 8.666/93.

**47.** Realizada a habilitação, será verificado eventual descumprimento das vedações legais, mediante consulta ao:

**47.1** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); 7

[PDF] Edital da Licitação. Doc. 106047/22. Data: 05/11/2022 21:18. Responsável: Helder de L. Freitas.  
Impresso por convidado em 26/06/2023 20:04. Validação: 9C38.D59D.3E15.236E.C4F6.9E91.AF66.1108.

**47.2** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

- 48.** As consultas previstas na condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.
- 49.** As **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.
- 50.** O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.
- 51.** Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, deverão, mediante solicitação do **Pregoeiro**, ser enviados juntamente à proposta adequada ao último lance.
- 52.** Os documentos remetidos ao sistema Portal de Compras Públicas poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.
- 52.1** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de Licitação da Prefeitura Municipal, a Rua Inácio Lira, Nº 363, Centro, São José de Piranhas-PB.
- 53.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 54.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
- 55.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 56.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 57.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 58.** O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 59.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.
- 60.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.
- 61.** A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou da publicação em órgão na imprensa oficial, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante, quando for o caso.

### SEÇÃO XIII – DO RECURSO

- 62.** Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 63.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

64. O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
65. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
66. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista os autos franqueados aos interessados, no setor de licitação, endereço supramencionado, na PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS.
67. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.
68. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

69. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.
70. A homologação deste **Pregão** compete ao Prefeito Municipal.
71. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante vencedora**.

#### SEÇÃO XV – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

72. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
73. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
74. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS.
75. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á pelo envio de documentos da empresa contratada se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.
76. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocada outra **licitante** para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

#### SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES

77. A **licitante** ficará impedida de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
- 78.1 Cometer fraude fiscal;
  - 78.2 Apresentar documento falso;
  - 78.3 Fizer declaração falsa;
  - 78.4 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 78.5 Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.
  - 78.6 Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
  - 78.7 Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
  - 78.8 Não mantiver a proposta.

#### SEÇÃO XVII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

78. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cplsaojosedepiranhas@gmail.com](mailto:cplsaojosedepiranhas@gmail.com), até às 13 horas, no horário oficial de Brasília/DF.
- 79.1 O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

- 79.2** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 79.3** Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cplsaojosedepiranhas@gmail.com](mailto:cplsaojosedepiranhas@gmail.com).
- 79.4** O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
- 79.5** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

## SEÇÃO XVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 79.** Ao prefeito compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 80.1** A anulação do **Pregão** induz à do contrato.
- 80.2** As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 80.** É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 81.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 82.1** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.
- 82.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 83.** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.
- 84.** Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

## SEÇÃO XIX – DOS ANEXOS

- 85.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- i. Anexo I – Termo de Referência;
  - ii. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
  - iii. Anexo III – Modelo de declarações;
  - iv. Anexo IV – Modelo de Declaração de Visita;
  - v. Anexo V – Minuta do Contrato.

## SEÇÃO XX – DO FORO

- 86.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça competente, no Foro da cidade de São José de Piranhas – PB.

São José de Piranhas-PB, 31 de Outubro de 2022.

HELDER DE LIMA FREITAS  
Pregoeiro



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1 Contratação de empresa para execução dos serviços de execução de projeto de Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de 187,00kWp e geração mínima de 23.500kWh, para atender a todas as unidades consumidoras que fazem parte da Secretaria de Educação deste município.**

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1 Tendo em vista, a demanda existente, e os inúmeros benefícios proporcionados pela modificação do tipo de fornecimento de energia elétrica das unidades consumidoras municipais, cuja finalidade é buscar melhorias em atenção a economicidade financeira a longo prazo (redução da fatura de energia), além de mais qualidade e bem estar aos usuários das escolas municipais, proporcionados pela maior disponibilidade energética nas referidas unidades – energia consumida onde é produzida.

Considerando benefícios como a redução de perdas por transmissão e distribuição de energia e fornecimento de maiores quantidades de eletricidade nos momentos de maior demanda (ex.: o uso de ar-condicionado é maior ao meio-dia no Brasil, quando há maior incidência solar e, conseqüentemente, maior geração elétrica solar);

Considerando ainda, a vertente social do projeto, proporcionado ao ambiente educacional na relação entre consumo energético da própria comunidade escolar versus sua produção limpa, sustentável e renovável.

**3. SERVIÇO E ESPECIFICAÇÕES:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UND	V. UNIT/ EST	P.TOTAL
1	Contratação de empresa para execução dos serviços de execução de projeto de Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de 187,00kWp e geração mínima de 23.500kWh, para atender a todas as unidades consumidoras que fazem parte da Secretaria de Educação deste município	01	Serviço	R\$ 723.576,66	R\$ 723.576,66

**3.1.** Os valores admitidos são os constantes deste Termo de Referência, que foram estabelecidos com base nos preços praticados conforme pesquisas adquiridas anexas ao processo, havendo uma previsão estimada de gasto de valor total estimado: **R\$ 723.576,66 (Setecentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos).**

**3.2.** As quantidades aqui elencadas é apenas uma estimativa de consumo, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

**3.3.** Os serviços deverão ser realizados conforme Memorial Descritivo para projeto de energia solar fotovoltaica encontrado em anexo à este Termo de Referência.

#### 4. DOS ENCARGOS

As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**A CONTRATADA**, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022, deve:

- 4.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
  - 4.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 4.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 4.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 4.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
  - 4.6. O serviço será solicitado a cargo da Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação, de forma a atender as demandas da mesma
  - 4.7. Executar diretamente o objeto, sem a transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
  - 4.8. Encarregar-se da execução do serviço contratado, arcando com qualquer custo advindo do transporte, carga, descarga bem como qualquer serviço relativo ao procedimento de entrega;
  - 4.9. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se verificar condições que possam prejudicar a entrega ou a iminência de fatos que possam interferir na perfeita execução do contrato, bem como atraso ou paralisação da execução, apresentando razões justificadoras, as quais serão objetos de análise que poderão ser ou não aceitas pela CONTRATANTE;
  - 4.10. A contratada deverá executar o serviço, atendendo as especificações contidas em Termo de Referência constante no Anexo I, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a assinatura da Ordem de Serviço.
  - 4.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da instalação, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido. Garantir substituição das peças ou componentes por um prazo de 12 (doze) meses iniciais pelo instalador. Devendo a troca/substituição do componente ser de exclusiva responsabilidade da empresa instaladora. Devendo a peça ou componente ser resposto no prazo de 10 (dez) dias úteis pelo instalador.
  - 4.12. Garantir a instalação contra defeito de mau funcionamento por um prazo de 12 (doze) meses pelo instalador. Devendo ser obrigatoriamente realizado vistorias e manutenção periódicas a cada 120 (cento e vinte) dias. OU mediante solicitação do Contratante a qualquer momento. O prazo para comparecimento in loco será de até 10 (dez) dias depois de solicitado.
  - 4.13. Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos materiais fornecidos;
  - 4.14. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.
  - 4.15. Garantia mínima contra defeito de fabricação do produto ofertado é de 10(dez) anos para inversor, e de 12(doze) anos para os módulos fotovoltaicos, contados da data de funcionamento no município de São José de Piranhas-PB, conforme normas técnicas e demais obrigações declaradas pelo licitante.
  - 4.16. **Comprovação da empresa, que possui em seu corpo técnico, profissionais de nível superior com formação, detentor de atestado (s), averbados pelo CREA/CAU, em nome do próprio Responsável Técnico, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços relativo(s) na assinatura do contrato.**
4. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 4.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
  - 4.2. A subcontratação para a execução do objeto deste serviço, uma vez que a garantia será prestada pela CONTRATANTE;
  - 4.3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste

Contrato;

5. **A CONTRATANTE**, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 079/2022, deve:

- 5.1. Expedir ordem de serviço;
- 5.2. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução contratual;
- 5.3. Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- 5.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 5.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.6. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela CONTRATADA;
- 5.7. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- 5.8. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratual em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

## 8. FORMA DE PAGAMENTO E INSTALAÇÃO

8.1. O pagamento será efetuado em até trinta dias da apresentação de fatura, devidamente atestado por servidor competente e efetuado por cheque ou transferência. O valor correspondente poderá ser depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária ou através de pagamento em cheque na Tesouraria Geral da Prefeitura de São José de Piranhas.

8.2. A Contratante designará servidor para recebimento do serviço, cujo objetivo será a conferência deste com as especificações, contidas na proposta e atendendo ao Memorial Descritivo, caso as disposições acima citadas não forem cumpridas, a comissão rejeitará o recebimento do mesmo.

8.3. O produto fornecido pela empresa vencedora estará sujeito a aceitação pela Contratante, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado no Edital.

8.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após pleno funcionamento do objeto licitado, devidamente atestada pelo Setor Competente.

## 9. SANÇÕES

9.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

- 9.1 Apresentar documentação falsa;
- 9.2 Fraudar a execução contratual;
- 9.3 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 9.3.1 Reputar-se inidôneo atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993;
- 9.4 Cometer fraude fiscal; ou
- 9.5 Fizer declaração falsa.

10. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens abaixo, com as seguintes sanções:

- 10.1 Advertência;
- 10.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS por prazo não superior a dois anos;
- 10.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

**10.4** Impedimento de licitar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS pelo prazo de até cinco anos.

**11.** No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado.

**12.** Além das sanções previstas acima, podem ser aplicadas à CONTRATADA, garantida prévia defesa, multas na forma que se segue:

**12.1** Em caso de descumprimento do prazo estabelecido para o execução do serviço, sem que haja justificativa aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor unitário do equipamento em atraso, por dia corrido de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor do equipamento.

**12.2** Após 30 (trinta) dias corridos de atraso, a CONTRATANTE poderá considerar inexecução total do contrato.

**13.** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

**13.1** Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**13.2** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### **14. CRITÉRIOS PARA DECISÃO DA PROPOSTA VENCEDORA**

O critério para decisão da proposta vencedora será o de **menor preço**.

#### **15. REAJUSTE DOS PREÇOS**

O preço proposto será fixo e irrevogável, salvo casos específicos e presentes na Lei nº 8.666/93.

#### **16. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pela Contratante e deverá ser exercida conforme especificações em Edital.

São José de Piranhas-PB, 31 de Outubro de 2022.

HELDER DE LIMA FREITAS  
Pregoeiro



## **MEMORIAL DESCRITIVO PARA PROJETO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**

# **SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB**

### **Sumário**

<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA</b> .....	5
<b>3 – NORMAS E PADRÕES TÉCNICOS</b> .....	6
<b>4 – DESCRITIVO TÉCNICO DO SISTEMA DE GERAÇÃO PRÓPRIA</b> .....	7
<b>4.1 – Generalidades e Características do Projeto</b> .....	7
<b>4.2 – Gerador Fotovoltaico</b> .....	8
<b>4.3 – Cabos de Conexão do Circuito CC</b> .....	9
<b>4.4 – Proteção CC</b> .....	10
<b>4.5 – Inversor Interativo CC/CA</b> .....	10
<b>4.6 – Subsistema de Corrente Alternada</b> .....	13
<b>4.6.1 – Cabos de Conexão do Circuito CA</b> .....	13
<b>4.6.2 – String Box CA</b> .....	13
<b>4.7 – Estrutura de Suporte e Fixação para os Módulos Fotovoltaicos</b> .....	14
<b>5 – SISTEMA DE ATERRAMENTO E EQUIPOTENCIALIZAÇÃO</b> .....	15
<b>6 – DADOS DO PADRÃO DE ENTRADA E DO PONTO DE ENTREGA</b> .....	15
<b>7 – DIMENSIONAMENTO DO GERADOR FOTOVOLTAICO</b> .....	16
<b>8 - ANÁLISE FINANCEIRA</b> .....	18
<b>9 - DIAGRAMA MULTIFILAR</b> .....	19



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

## 1 – INTRODUÇÃO

O presente Memorial Descritivo é referente ao projeto base do Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de **187,00kWp** e geração mínima de **23.500kWh** para atender a rede municipal de ensino da cidade de **São José de Piranhas-PB**.

## 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA

As unidades consumidoras que participarão do sistema de compensação de créditos energéticos são todas aquelas que fazem parte da Secretaria de Educação do município de São José de Piranhas. Por motivos de estrutura física disponível e padrão de energia adequado, o local escolhido para a instalação do sistema de minigeração fotovoltaica foi a Escola Municipal Antônio Lacerda Neto.

**Tabela 1: Dados do Local de Instalação**

Unidade Consumidora	
Nome	ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO LACERDA NETO
CNPJ	08.924.052/0001-66
Endereço	Rua Expedito Rodrigues de Holanda, 380, Centro
Código da U.C.	5/384840-5
Cidade	São José de Piranhas – PB
CEP	58940-000
Classe/Subclasse	PODER PÚBLICO / POD. PÚBL. MUNICIPAL
Tipo do Padrão de Entrada da UC	Trifásico – 380/220V

A seguir, é apresentado o mapa de localização da unidade consumidora onde será instalado o sistema de microgeração fotovoltaica, contendo coordenadas UTM.

**Figura 1: Mapa de Localização da Unidade Consumidora**



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0



**Coordenadas: 7°07'17.6''S 38°29'57.5''W**

### 3 – NORMAS E PADRÕES TÉCNICOS

Os desenhos, equipamentos e materiais do projeto, cumprem as recomendações constantes dos seguintes documentos e normas:

- MÓDULO 3 (PRODIST) - Revisão 6 - Modulo 3 do Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST) – Acesso ao Sistema de Distribuição - Seção 3.7.

- MÓDULO 8 (PRODIST) - Modulo 8 da Resolução N° 395 de 2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

- ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

- ABNT NBR 60149 – Sistemas fotovoltaicos (FV) – Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição.

Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

- ABNT NBR 60150 - Sistemas fotovoltaicos (FV) — Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição — Procedimento de ensaio de conformidade.

- ABNT NBR IEC 62116 - Procedimento de ensaio de anti-ilhamento para inversores de sistemas fotovoltaicos conectados á rede elétrica.

- ANEEL RESOLUÇÃO Nº 414 - 09 de setembro de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

- ANEEL RESOLUÇÃO Nº 482 - 17 de abril de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

- ANEEL RESOLUÇÃO Nº 517 - Resolução Nº 517 de 11 de dezembro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

- ANEEL RESOLUÇÃO Nº 687 - 24 de novembro de 2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

- NDU 001 – Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Secundária.

- NDU 013 - Critérios para a Conexão de Acessantes de Geração Distribuída ao Sistema de Distribuição Para Conexão em Baixa Tensão.

## 4 – DESCRITIVO TÉCNICO DO SISTEMA DE GERAÇÃO PRÓPRIA

### 4.1 – Generalidades e Características do Projeto

O sistema fotovoltaico considerado para esse projeto deve possuir, **no mínimo**, potência pico (potência total do conjunto de módulos fotovoltaicos em condições de laboratório) de **187,00kWp**, a fim de garantir uma estimativa de geração média mensal **mínima de 23.500kWh**. O mesmo é interligado à rede por meio de dois inversores interativos, que ajustam a potência gerada pelo Arranjo Fotovoltaico às condições de frequência e tensão da rede de distribuição pública de energia elétrica. A título de exemplo para esse memorial descritivo, é sugerida a utilização de dois inversores, um com potência nominal de saída de **75.000W** e outro com potência nominal de saída de **60.000W**.



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

**NOTA: A potência de geração (menor valor entre potência de painel e potência nominal de inversor) deve respeitar a potência máxima disponibilizada pelo padrão de entrada da edificação.**

**NOTA: Não será permitido a utilização de inversores em condições de overload maior ou igual a 50%.**

## 4.2 – Gerador Fotovoltaico

O gerador fotovoltaico instalado deve possuir **potência de painel mínima de 187,00kWp**. Como exemplo para esse memorial descritivo, são considerados **340** módulos fotovoltaicos de 550Wp, cujas características elétricas, mecânicas e condições de operação admissíveis são descritas abaixo.

**Tabela 2: Dados dos Módulos Fotovoltaicos**

<b>Módulos Fotovoltaicos</b>	
<b>Características Elétricas</b>	
Tipo de Célula	PERC Monocristalina
Potência Nominal Máxima – P (Wp)	550
Tensão de Máxima Potência – Vmp (V)	40,83
Tensão de Circuito Aberto – Voc (V)	49,60
Corrente de Máxima Potência – Imp (A)	13,48
Corrente de Curto-Circuito – Isc (A)	14,04
Eficiência (%)	>21.28%
<b>Coefficientes de Temperatura</b>	
Coefficiente de Temperatura de Pmax (% / °C)	-0,35
Coefficiente de Temperatura de Voc (% / °C)	-0,28
Coefficiente de Temperatura de Isc (% / °C)	+0,048
Temperatura de Operação Nominal da Célula (NOCT)	45 ± 2 °C
<b>Condições de Operação Admissíveis</b>	
Tensão máxima do sistema em CC (V)	1500
Temperatura de Operação Nominal da Célula (NOCT)	-40°C +85 °C
<b>Características Mecânicas</b>	
Número de células solares monocristalinas	144 células
Moldura de Alumínio, Dimensões	2279 X 1134 X 35 mm



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

Espessura do Vidro	3,2 mm
Peso	28.9 kg
Caixa de Junção	Ip68

**NOTA: PARA FINS DE COMPROVAÇÃO E VALIDAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MÓDULOS FOTOVOLTAICOS, OS MESMOS DEVEM POSSUIR CERTIFICAÇÃO NACIONAL (INMETRO). OS MÓDULOS FOTOVOLTAICOS DEVEM POSSUIR TAMBÉM O SELO PROCEL.**

A título de exemplo, de acordo com os inversores interativos considerados nesse memorial descritivo (descritos nas próximas seções), é sugerido que o sistema fotovoltaico em questão seja composto, para o inversor com potência de saída de 75.000W, por 11 *strings* com 16 módulos cada e 2 strings de 12 módulos cada. Já para o inversor com potência de saída de 60.000W, é sugerido o arranjo com 10 strings de 14 módulos cada.

**NOTA: A QUANTIDADE DE MÓDULOS POR STRING E A QUANTIDADE DE STRINGS POR MPPT DEVE SER OBSERVADA LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS ESPECIFICAÇÕES DOS MÓDULOS E DO INVERSOR UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DO PROJETO.**

#### 4.3 – Cabos de Conexão do Circuito CC

Os cabos de ligação entre os módulos fotovoltaicos e a caixa de proteção CC devem ser de cobre estanhado flexível, isolados por **composto não halogenado termofixo** e resistentes à radiação UV. A secção transversal deve ser de **6mm<sup>2</sup>**. Os eletrodutos utilizados para conduzir os cabos deverão ser em PVC rígido roscável, com taxa de ocupação máxima de 40%.

**Tabela 3: Cabos de conexão do Circuito CC**

Cabos CC			
Cabo Solar 0,6/1kV 1500V <sub>DC</sub> Preto	Isolação:	6 mm <sup>2</sup>	
Composto não halogenado termofixo.			
Cabo Solar 0,6/1kV 1500V <sub>DC</sub>	Vermelho	6 mm <sup>2</sup>	
Isolação: Composto não halogenado termofixo.			



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

Cabo Solar 0,6/1kV 1500V <sub>DC</sub> Verde e Amarelo Isolação: Composto não halogenado termofixo.	6 mm <sup>2</sup>
--	-------------------

#### 4.4 – Proteção CC

O sistema de proteção em CC deve conter requisitos mínimos previstos em norma, tais como proteção contra sobretensão e proteção contra curto-circuito. No caso de o inversor interativo utilizado possuir o sistema de proteção CC integrado ao equipamento, a string box CC externa é dispensável. Caso contrário, deve ser utilizada(s) string box CC com os componentes e requisitos mínimos de proteção previstos em norma.

**NOTA: OS EQUIPAMENTOS DA STRING BOX CC DEVEM SER DIMENSIONADOS E ESPECIFICADOS DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS MÓDULOS FOTOVOLTAICOS E DO INVERSOR UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DO PROJETO.**

#### 4.5 – Inversor Interativo CC/CA

O Inversor Interativo a ser utilizado na execução do projeto deve suportar uma potência de painel mínima de 187,00kWp. Como exemplo, na tabela a seguir são mostrados os dados técnicos de um dos inversores interativos aplicado no exemplo desse memorial, com potência nominal de 75kW e potência máxima de entrada de 126kW.

**Tabela 4: Dados do Inversor (75kW)**

INVERSOR	
Entrada (CC)	
Potência Máxima CC (W)	126.000 W
Tensão Máxima CC (V)	1100 V
Faixa de Tensão MPPT (V) / Tensão nominal (V)	180 ~ 1000 V / 600 V
Máxima Corrente de Entrada por MPPT (A)	26 A
Tensão de Partida (V)	180 V
Número de MPPT/Strings por MPPT	9/2
Saída (CA)	
Potência Nominal CA (W)	75.000

  
Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

Tensão Nominal CA (V)	3F/N/T 380V
Potência Aparente CA (VA)	75.000
Faixa de Tensão de Operação por Fase (V)	176V – 242
Frequência de Rede CA (Hz)	60
Corrente Máxima de Saída (A)	114
Fator de Potência (cos f), ajustável	>0,99 (0,8inicial - 0,8 atrasado)
Harmônicos	<3%
<b>Eficiência</b>	
Máxima Eficiência	98.7%
Euro Eficiência	98,3%
<b>Proteção</b>	
Proteção contra inversão de polaridade CC	Sim
Proteção contra curto-circuito	Sim
Proteção de sobrecorrente de saída	Sim
Proteção contra sobretensão	Sim
Monitoramento de rede	Sim
Proteção de ilhamento	Sim
Proteção de temperatura	Sim
Monitorização de Strings	Sim
<b>Dados Gerais</b>	
Dimensões (L * A * P)	1050/567/314.5 mm
Peso (kg)	82 kg
Temperatura Ambiente (°C)	-25 ~ +60
Grau de Proteção (de acordo com IEC 60529)	IP66
Consumo Interno (noite)	<2W
Topologia	Sem transformador
Tipo de Resfriamento	Ventilador Redundante Inteligente

Na tabela abaixo são mostrados os dados técnicos do inversor interativo aplicado no exemplo desse memorial, com potência nominal de 60kW e potência máxima de entrada de 90kW.



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

Tabela 5: Dados do Inversor (60kW)

<b>INVERSOR</b>	
<b>Entrada (CC)</b>	
Potência Máxima CC (W)	90.000 W
Tensão Máxima CC (V)	1100 V
Faixa de Tensão MPPT (V) / Tensão nominal (V)	200 ~ 1000 V / 600 V
Máxima Corrente de Entrada por MPPT (A)	28.5 A
Tensão de Partida (V)	200 V
Número de MPPT/Strings por MPPT	4/3
<b>Saída (CA)</b>	
Potência Nominal CA (W)	60.000
Tensão Nominal CA (V)	3F/N/T 380V
Potência Aparente CA (VA)	66.000
Faixa de Tensão de Operação por Fase (V)	176V – 242
Frequência de Rede CA (Hz)	60
Corrente Máxima de Saída (A)	100
Fator de Potência (cos f), ajustável	>0,99 (0,8inicial - 0,8 atrasado)
Harmônicos	<3%
<b>Eficiência</b>	
Máxima Eficiência	99%
Euro Eficiência	98,5%
<b>Proteção</b>	
Proteção contra inversão de polaridade CC	Sim
Proteção contra curto-circuito	Sim
Proteção de sobrecorrente de saída	Sim
Proteção contra sobretensão	Sim
Monitoramento de rede	Sim
Proteção de ilhamento	Sim
Proteção de temperatura	Sim
Monitorização de Strings	Sim
<b>Dados Gerais</b>	



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

Dimensões (L * A * P)	630/700/357 mm
Peso (kg)	63 kg
Temperatura Ambiente (°C)	-25 ~ +60
Grau de Proteção (de acordo com IEC 60529)	IP65
Consumo Interno (noite)	<1W
Topologia	Sem transformador
Tipo de Resfriamento	Ventilador Redundante Inteligente

**NOTA: PARA FINS DE COMPROVAÇÃO E VALIDAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO INVERSOR INTERATIVO, O MESMO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO NACIONAL (INMETRO).**

#### 4.6 – Subsistema de Corrente Alternada

Esta subseção documenta os elementos que estão relacionados com a conexão entre o inversor interativo do sistema fotovoltaico e o quadro geral de baixa tensão da unidade consumidora.

##### 4.6.1 – Cabos de Conexão do Circuito CA

Os condutores para a ligação do inversor até sua respectiva string box CA e dessa até o quadro geral de baixa tensão da edificação devem possuir secção transversal de acordo com a tabela abaixo:

**Tabela 6: Condutores CA**

Potência de saída do inversor	Condutores (XLPE/HEPR)
75kw	3#50(35)25mm <sup>2</sup>
60kw	3#35(25)16mm <sup>2</sup>

##### 4.6.2 – String Box CA

O quadro de proteção CA ou *string box CA* será responsável pela proteção e seccionamento do circuito de corrente alternada e instalada após o inversor e antes do quadro geral de baixa tensão e/ou do padrão de entrada da edificação. Os equipamentos contidos na *string box CA* estão descritos a seguir.



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

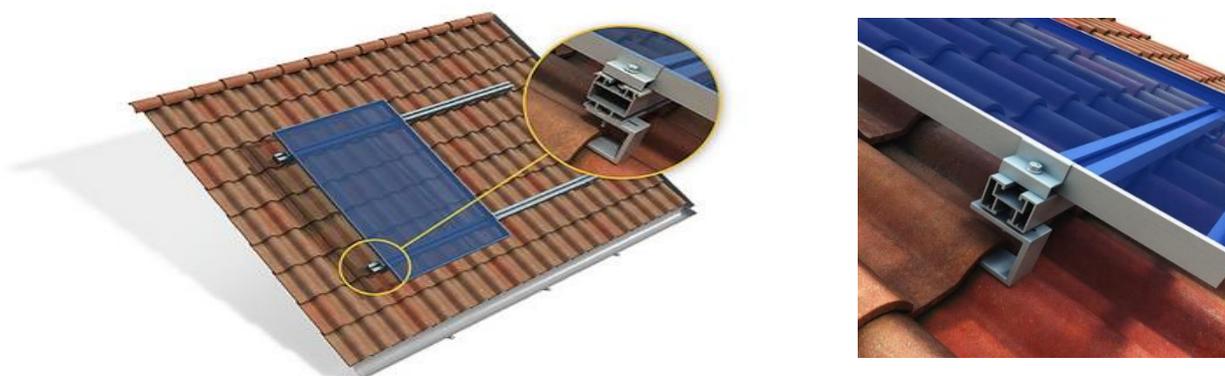
Tabela 7: Informações gerais sobre os componentes da string box CA.

<b>Inversor 75kW</b>		
<b>Componentes</b>		<b>QNT</b>
DPS 4P CA Classe II	In = 20kA, Imáx = 40kA, 275V	1
Disjuntor Tripolar CA	125A – 380/220V	1
<b>Inversor 60kW</b>		
<b>Componentes</b>		<b>QNT</b>
DPS 4P CA Classe II	In = 20kA, Imáx = 40kA, 275V	1
Disjuntor Tripolar CA	100A – 380/220V	1

#### 4.7 – Estrutura de Suporte e Fixação para os Módulos Fotovoltaicos

A estrutura de fixação dos módulos fotovoltaicos é constituída de perfis de alumínio, suportados em bases de aço galvanizado fixadas aos caibros do madeiramento do telhado. Essa estrutura deve ser solidamente aterrada com os módulos fotovoltaicos, utilizando-se o sistema de aterramento especificamente construído para o sistema de geração distribuída e conectado ao aterramento já existente na unidade consumidora. As imagens a seguir mostram o modelo de estrutura utilizado.

Figura 2: Estrutura de Suporte e Fixação para os Módulos Fotovoltaicos



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0



## 5 – SISTEMA DE ATERRAMENTO E EQUIPOTENCIALIZAÇÃO

O aterramento do sistema de geração fotovoltaica descrito nesse memorial é constituído por 3 hastes cobreadas do tipo Copperweld, com diâmetro 16 mm e comprimento de 2,4m, dispostas espacialmente de maneira alinhada, com 3 m de distanciamento e conectadas entre si por meio de cabos de cobre nu 25 mm<sup>2</sup>.

A este aterramento se conectará a estrutura de fixação dos painéis fotovoltaicos, o aterramento do inversor, os DPS CC e o DPS CA. Todo esse sistema deverá ser equipotencializado com a malha de aterramento já existente na edificação.

## 6 – DADOS DO PADRÃO DE ENTRADA E DO PONTO DE ENTREGA

O padrão de entrada se dá por meio do fornecimento de energia elétrica em tensão primária com subestação aérea de 150kVA da edificação. A tensão secundária de fornecimento é 380/220V, instalado conforme norma da concessionária de energia local, ENERGISA.

**Tabela 8: Descrição do Padrão de Entrada.**

<b>Padrão de Entrada</b>	
<b>Tensão de Fornecimento</b>	380/220V
<b>Fase</b>	Trifásico
<b>Disjuntor</b>	Tripolar 225A
<b>Condutores (mm<sup>2</sup>) HEPR 90°C</b>	3#120(70)
<b>Aterramento</b>	50 mm <sup>2</sup>

Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

<b>Eletroduto de Aço Galvanizado</b>	100mm
<b>Caixa de medição (Policarbonato)</b>	Trifásica

**NOTA:** A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ VERIFICAR, JUNTO A CONCESSIONARIA LOCAL, A DEMANDA CONTRATADA DA UNIDADE CONSUMIDORA. CASO ESSA NÃO SENDO COMPATÍVEL COM O PRESENTE OBJETO, DEVERÁ SER SOLICITADO A ALTERAÇÃO DO VALOR DA DEMANDA.

**NOTA:** A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME SE RESPONSABILIZARÁ PELA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÕES E HOMOLOGAÇÃO JUNTO A CONCESSIONÁRIA DA LISTA DE UNIDADES CONSUMIDORAS PARTICIPANTES DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE PELO PERÍODO DE 12 MESES.

## 7 – DIMENSIONAMENTO DO GERADOR FOTOVOLTAICO

A seguir, são apresentados os dados do dimensionamento do gerador fotovoltaico considerado como exemplo nesse memorial descritivo:

**Tabela 9: Dimensionamento do Gerador Fotovoltaico**

<b>Dimensionamento da Instalação</b>	
Número de inversores	2
Número de strings (total)	23
Número total de módulos (550Wp)	340
Potência Total do Gerador Fotovoltaico (W)	187.000
Potência total de inversor (W)	135.000
<b>Estimativa de Geração Média Mensal</b>	
<b>23.500kWh</b>	

**NOTA:** O GERADOR SOLAR FOTOVOLTAICO A SER EXECUTADO DEVE POSSUIR POTÊNCIA DE PAINEL MÍNIMA DE 187,00kWp E ESTIMATIVA DE GERAÇÃO MÉDIA MENSAL MÍNIMA DE 23.500kWh. ALÉM DISSO, O GERADOR SOLAR FOTOVOLTAICO DEVE POSSUIR POTÊNCIA DE GERAÇÃO (MENOR VALOR DE POTÊNCIA ENTRE A POTÊNCIA DE PAINEL E A POTÊNCIA TOTAL



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

**DE INVERSOR) EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO DE ENTRADA DA EDIFICAÇÃO ONDE OCORRERÁ A INSTALAÇÃO.**

**NOTA: TODO O DIMENSIONAMENTO DE PROTEÇÃO EM CORRENTE CONTÍNUA DEVE SER DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DO PROJETO.**

**NOTA: NESSE MEMORIAL FOI MOSTRADO UM EXEMPLO DE PROJETO SOLAR FOTOVOLTAICO QUE ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS DE POTÊNCIA DE PAINEL MÍNIMA (187kW<sub>p</sub>) E DE ESTIMATIVA DE GERAÇÃO MENSAL MÍNIMA (23.500kWh), ALÉM DE TODO O DEMONSTRATIVO DE PROTEÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.**

**NOTA: A LISTA DE MATERIAL EM ANEXO FOI ELABORADA TENDO EM VISTA O EXEMPLO DE PROJETO CONSIDERADO NESSE MEMORIAL DESCRITIVO. DE ACORDO COM O GERADOR SOLAR FOTOVOLTAICO A SER INSTALADO E EXECUTADO, O MESMO DEVE CONTEMPLAR TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA SUA TOTAL E PLENA EXECUÇÃO.**

**NOTA: O DIAGRAMA MULTIFILAR E O ARRANJO FÍSICO EM ANEXO SÃO REFERENTES AO EXEMPLO DE PROJETO CONSIDERADO NESSE MEMORIAL. OS MESMOS DEVEM ESTAR DE ACORDO COM O GERADOR SOLAR FOTOVOLTAICO A SER EXECUTADO.**

## **8 - ANÁLISE FINANCEIRA**

8.1. O estudo financeiro desse projeto foi baseado no histórico de consumo das UCs vinculadas à Secretaria de Educação do município de São José de Piranhas-PB. Dessa forma, foi estimado um consumo médio mensal da ordem de 21.680kWh.

8.2. De forma sintetizada, constitui as principais vantagens e benefícios do objeto: redução de custos, redução de perdas por transmissão e distribuição de energia, já que a eletricidade é consumida onde é produzida; redução de investimentos em linhas de transmissão e distribuição; baixo impacto ambiental; não



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

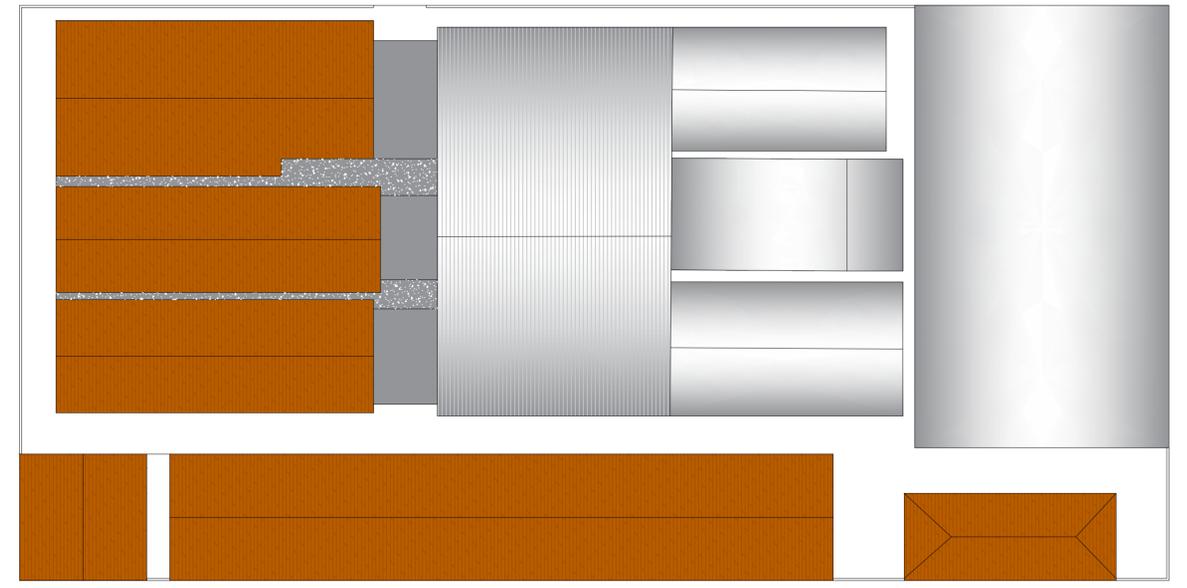
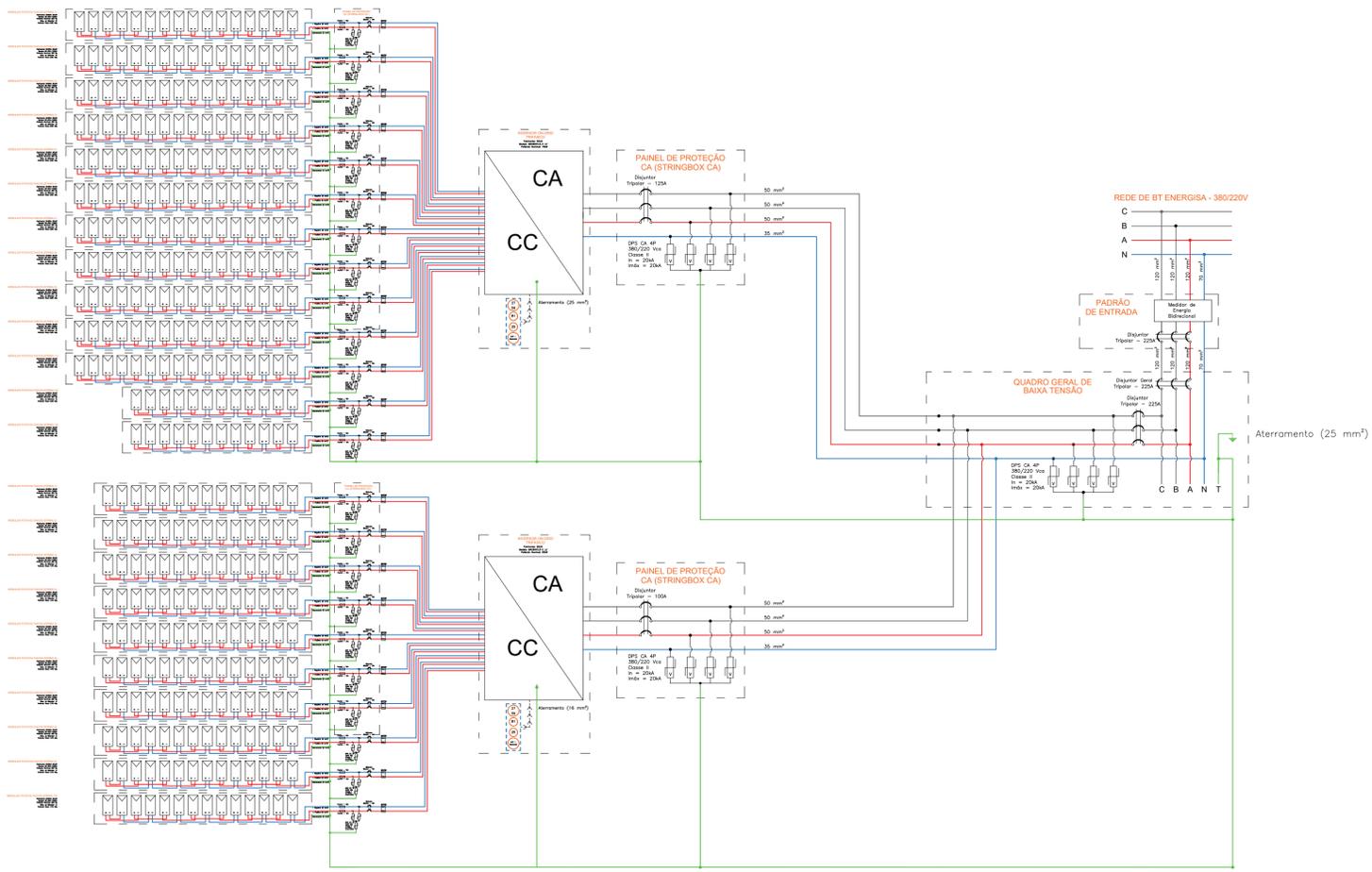
exigência de área física dedicada; fornecimento de maiores quantidades de eletricidade nos momentos de maior demanda (ex.: o uso de ar-condicionado é maior ao meio-dia no Brasil, quando há maior incidência solar e, conseqüentemente, maior geração elétrica solar); rápida instalação, devido à sua grande modularidade e curtos prazos de instalação, aumentando assim a geração elétrica necessária em determinado ponto ou edificação; energia limpa, sustentável e renovável; instalação simples e manutenção reduzida; energia de alta qualidade e com elevada fiabilidade; características modulares que permitem ampliações do sistema; não produzem ruído nem emissões que possam prejudicar o ambiente; por kWh produzido reduz 0,088 Ton de CO2 emitidos para a atmosfera; menor dependência das falhas da rede elétrica pública; redução da fatura de energia. Além das informações acima salientamos que o custo da eletricidade tem aumentado ao longo do tempo, enquanto o valor para instalar sistemas fotovoltaicos faz o caminho inverso, diminuindo anualmente.



Victor Jose Dias Reginato

Engenheiro Eletricista - CREA PB 161445798-0

### DIAGRAMA MULTIFILAR



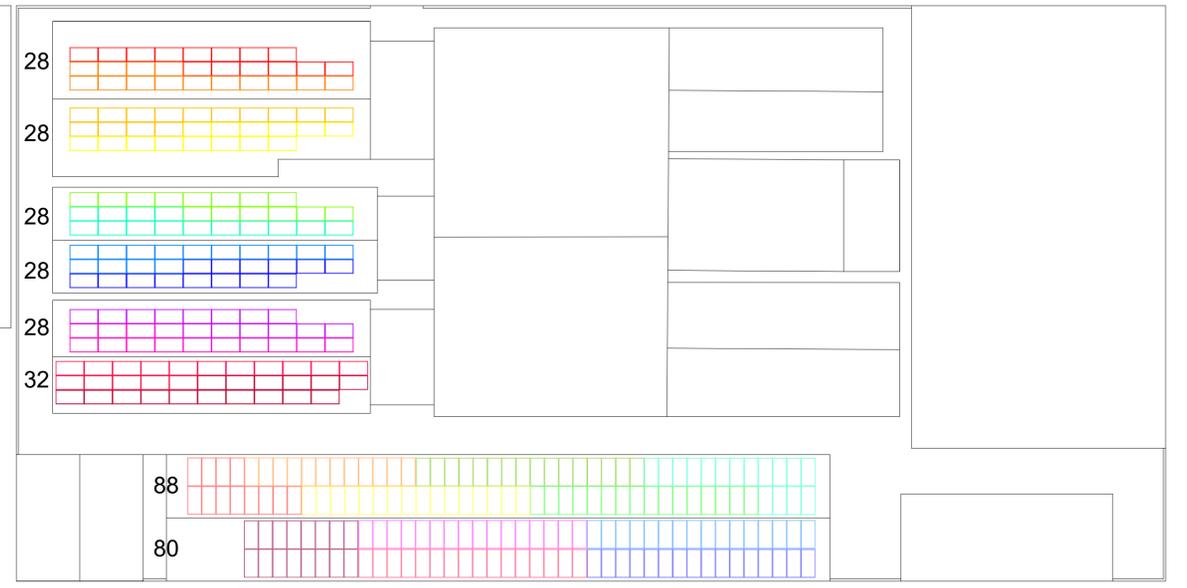
PLANTA DE COBERTURA  
1:250



PLANTA DE LOCAÇÃO  
SEM ESCALA

LEGENDA:  
— LOCAL PARA A IMPLANTAÇÃO

- LEGENDA:
- 10 INVERSORES 1000 W
  - 10 STRING 1
  - 10 STRING 2
  - 10 STRING 3
  - 10 STRING 4
  - 10 STRING 5
  - 10 STRING 6
  - 10 STRING 7
  - 10 STRING 8
  - 10 STRING 9
  - 10 STRING 10
  - 2 INVERSORES 75 W
  - 2 STRING 1
  - 2 STRING 2
  - 2 STRING 3
  - 2 STRING 4
  - 2 STRING 5
  - 2 STRING 6
  - 2 STRING 7
  - 2 STRING 8
  - 2 STRING 9



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
1:250

*Victor José Dias Reginato*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 079/2022**

**OBJETO**

**Contratação de empresa para execução dos serviços de execução de projeto de Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de 187,00kWp e geração mínima de 23.500kWh, para atender a todas as unidades consumidoras que fazem parte da Secretaria de Educação deste município.**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.	P. UNITARIO	P.TOTAL
1	Contratação de empresa para execução dos serviços de execução de projeto de Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de 187,00kWp e geração mínima de 23.500kWh, para atender a todas as unidades consumidoras que fazem parte da Secretaria de Educação deste município	SERVIÇO	01		

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ xxxxxxxxxxxx**

**DADOS DO PROPONENTE:**

Nome:

Razão Social:

CNPJ N°

Endereço Completo: \_\_\_\_\_

Telefones:

E-mail:

Banco nº:

Agência nº:

C/C nº:

Validade da Proposta (não inferior a 60 sessenta dias):

Cidade – UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Responsável Legal (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa/CNPJ



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022**

**1) Item 46.1 – Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022.

**2) Item 46.2 – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – ME/EPP.**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara que a empresa já enquadrada nos parâmetros legais como microempresa e empresa de pequeno porte, conforme Lei nº 123/2006.

**NOTA:** Esta declaração de ME e EPP TERÁ QUE ESTAR ACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIO CONFORME EDITAL.

**3) Item 46.3 – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação**

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura de São José de Piranhas - Estado da Paraíba e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**4) Item 46.4 – Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho menor (Lei nº 9.854/99)**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

*\*Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, em qualquer trabalho.*

**5) Item 46.5 – Declaração de ciência das exigências do edital e que concorda e aceita as condições previstas no referido edital.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, declara que está ciente de todas as exigências dispostas no Edital referente ao \_\_\_\_\_, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022. Declara, ainda, concordar e aceitar as condições previstas no referido edital.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ANEXO IV**

À Prefeitura Municipal de São José de Piranhas-PB  
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

Declaramos, para os devidos fins que eu \_\_\_\_\_ portador do CPF/CREA, na qualidade de representante legal/responsável técnico da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ visitei o local da execução dos serviços de projeto de Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de 187,00kWp e geração mínima de 23.500kWh. Declaramos ainda, que tomamos conhecimento de todas as condições e dificuldades do local que nos permita elaborar uma adequada proposta em atendimento ao Edital referido. Por último, declaramos que não se justificam pleitos posteriores relacionados com custos adicionais decorrentes de alegação de desconhecimento dessas condições e dificuldades por nós constatadas.

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 (Representante Legal/Responsável Técnico)  
 Assinatura



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ANEXO V**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO – CPL Nº \_\_\_\_/2022**

CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS** E \_\_\_\_\_, PARA O EXECUÇÃO DO SERVIÇO NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS ABAIXO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**, Estado da Paraíba, Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de São José de Piranhas - Rua Inácio Lira, 363 - Centro - São José de Piranhas - PB, CNPJ nº 08.924.052/0001-66, neste ato representada pelo Prefeito Sandoval Vieira Lins, Brasileiro, Casado, Empresário, residente e domiciliado na Trav. João Vicente de Freitas - Centro, 79, Cajazeiras – PB, CPF nº 046.414.134-60, Carteira de Identidade nº 2.490.458 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ....., ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, com fulcro na Lei nº 8.666/93, atualizada e no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022**, mediante preços e condições constantes das cláusulas seguintes e nas condições que reciprocamente outorgam e aceitam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente contrato tem como objeto a **Contratação de empresa para execução dos serviços de execução de projeto de Sistema de Minigeração Fotovoltaica Conectada à Rede, com potência mínima de painel de 187,00kWp e geração mínima de 23.500kWh, para atender a todas as unidades consumidoras que fazem parte da Secretaria de Educação deste município**, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico n.º 079/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

1. O **valor total** deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (     ), conforme proposta vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

05.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.2006.1072 – Implantação de Usina Fotovoltaica nas Escolas do Ensino Fundamental – FUNDEB 30%

540 - Transferências do FUNDEB - Impostos de Transferências de Impostos

3.3.90.39.01 - Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4.4.90.52.01 – Equipamento e Material Permanente

**CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

1. A execução contratual terá início a partir da publicação do extrato do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

1. O período de vigência do contrato decorrente dessa licitação será **de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento, e adstrito a vigência do respectivo crédito orçamentário, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, podendo ser prorrogado nos termos do referido artigo.

## CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2 A **CONTRATADA**, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 079/2022, deve:

- 2.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 2.2 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 2.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 2.7 O serviço será solicitado a cargo da Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação, de forma a atender as demandas da mesma;
- 2.8 Executar diretamente o objeto, sem a transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
- 2.9 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se verificar condições que possam prejudicar a entrega ou a iminência de fatos que possam interferir na perfeita execução do contrato, bem como atraso ou paralisação da entrega, apresentando razões justificadoras, as quais serão objetos de análise que poderão ser ou não aceitas pela CONTRATANTE;
- 2.10 A contratada terá e deverá executar o serviço, atendendo as especificações contidas em edital e Termo de Referência constante no anexo I, executará o serviço no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura da Ordem de Serviço.
- 2.11 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da instalação, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido. Garantir substituição das peças ou componentes por um prazo de 12 (doze) meses iniciais pelo instalador. Devendo a troca/substituição do componente ser de exclusiva responsabilidade da empresa instaladora. Devendo a peça ou componente ser resposto no prazo de 10 (dez) dias úteis pelo instalador.
- 2.12 Garantir a instalação contra defeito de mau funcionamento por um prazo de 12 (doze) meses pelo instalador. Devendo ser obrigatoriamente realizado vistorias e manutenção periódicas a cada 120 (cento e vinte) dias. OU mediante solicitação do Contratante a qualquer momento. O prazo para comparecimento in loco será de até 10 (dez) dias depois de solicitado.
- 2.13 Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos materiais fornecidos;
- 2.14 Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.
- 2.15 Garantia mínima contra defeito de fabricação do produto ofertado é de 10 (dez) anos para inversor, e de 12(doze) anos para os módulos fotovoltaicos, contados da data de funcionamento no município de São José de Piranhas-PB, conforme normas técnicas e demais obrigações declaradas pelo licitante.
- 2.16 **Comprovação da empresa, que possui em seu corpo técnico, profissionais de nível superior com formação, detentor de atestado (s), averbados pelo CREA/CAU, em nome do próprio Responsável Técnico, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços relativo(s) deste objeto.**

3 São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- 3.1 A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- 3.2. A subcontratação para a execução do objeto deste serviço, uma vez que a garantia será prestada pela CONTRATANTE;
- 3.3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge,

companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste Contrato;

**4 A CONTRATANTE**, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 079/2022, deve:

- 4.1. Expedir ordem de serviço;
- 4.2. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução contratual;
- 4.3. Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- 4.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 4.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 4.6. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela CONTRATADA;
- 4.7. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- 4.9. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratual em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

1. A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pela Contratante e deverá ser exercida conforme especificações em Edital.
2. A atestação de conformidade da prestação dos serviços cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.**

- 1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE a documentação a seguir relacionada:
- 2 **Periodicamente**, acompanhando a nota fiscal/fatura referente à execução dos serviços, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:
  - 2.1. Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
  - 2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - 2.3. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
  - 2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
  - 2.5. Cartão de CNPJ.
3. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (Quinze) dias, caso solicitado pelo fiscal do contrato, outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.
4. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formal e documentalmente esclarecidas.
5. Recebida a documentação, o fiscal do contrato deverá apor a data de entrega a PREFEITURA e assiná-la.
6. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

#### **CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE**

1. Os preços unitários dos bens/serviços objeto deste contrato poderão ser reajustados utilizando-se a variação do IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

**1.1** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**2.** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

**1.** O presente contrato fundamenta-se nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, no Decreto 10.024/2019 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 079/2022, bem como à proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**1.** Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar, até o quinto dia útil de cada mês, documento de cobrança e nota fiscal da fatura da entrega da mercadoria, realizado no mês anterior.

**2.** A CONTRATANTE rejeitará o faturamento de serviços relativos a eventuais divergências entre a fatura e os relatórios da CONTRATADA ou entre estes e os controles da FISCALIZAÇÃO, até a completa apuração dos fatos, se for o caso.

**3.** A CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO, até o dia 20 do mês subsequente ao da prestação do serviço, nota fiscal/fatura dos serviços/ entrega mercadoria, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento.

**4.** A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à execução dos serviços caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

O pagamento será efetuado em até trinta dias da apresentação de fatura, devidamente atestado por servidor competente e efetuado por cheque ou transferência. O valor correspondente poderá ser depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária ou através de pagamento em cheque na Tesouraria Geral da Prefeitura de São José de Piranhas.

**5.** A Contratante designará servidor para recebimento do serviço, cujo objetivo será a conferência deste com as especificações, contidas na proposta e atendendo ao projeto básico, caso as disposições acima citadas não forem cumpridas, a comissão rejeitará o recebimento do mesmo.

**6.** O serviço executado pela empresa vencedora estará sujeito a aceitação pela Contratante, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado no Edital.

**7.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após pleno funcionamento do objeto licitado, devidamente atestado pelo Setor Competente.

**8.** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

**9.** À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que a execução dos serviços foi em conformidade com as especificações do contrato.

**10.** A não apresentação da documentação de que trata Cláusula Oitava deste Contrato, nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de solicitação pela FISCALIZAÇÃO, poderá ensejar a rescisão do contrato, e quaisquer valores retidos somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se em dia.

**11.** A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

**12.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA ao financeiro do município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES**

**1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 1.1** Apresentar documentação falsa;
- 1.2** Fraudar a execução do contrato;
- 1.3** Comportar-se de modo inidôneo;

**1.3.1** Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**1.4** Cometer fraude fiscal; ou

**1.5** Fizer declaração falsa.

**2.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes sanções:

**2.1. Advertência;**

**2.2. Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração municipal, que seja Prefeitura, fundos e entidades municipais como autarquias, por prazo não superior a dois anos;

**2.3. Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

**2.4. Impedimento** de licitar e contratar com a prefeitura, fundos e entidades municipais como autarquias, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

**3.** Configurar-se-á o **retardamento da execução** quando a CONTRATADA:

**3.1.** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 10 (dez) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

**3.2.** Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

**4.** No caso de **retardamento da execução**, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

**5.** Configurar-se-á a **falha na execução do contrato** quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1, ambas desta Cláusula.

**6.** Configurar-se-á a **inexecução parcial do contrato** quando a CONTRATADA:

**6.1.** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 20 (vinte) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

**6.2.** Deixar de realizar ou de entregar mercadoria, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 5 (cinco) dias seguidos ou por 20 (vinte) dias intercalados.

**7.** No caso de **inexecução parcial do contrato**, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**8.** Configurar-se-á a **inexecução total do contrato** quando a CONTRATADA:

**8.1.** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

**8.2.** Deixar de realizar ou de entregar mercadoria, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados.

**9.** No caso de **inexecução total do contrato**, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**10.** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou **inexecução total do contrato**, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

**11.** O valor de multa aplicada poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

**12.** Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**13.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**14.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

1.As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de São José de Piranhas, Estado da Paraíba.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA; podendo ser também assinado em 2 (duas) vias, presencialmente, por meio físico, na sala da CPL deste município.

São José de Piranhas – PB, ..... de ..... de 2022.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Sandoval Vieira Lins

Prefeito

046.414.134-60

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....